

A FILOSOFIA EXPRESSIVA DE LEIBNIZ

Tessa Moura Lacerda

1. Objeto

A teoria da expressão como essência da Filosofia de Leibniz e operador para pensar os temas fundamentais da metafísica leibniziana (Deus, os indivíduos e o conhecimento) e os temas derivados daqueles (a moral, a religião e a linguagem).

2. Introdução

A abordagem matemática da expressão como analogia de relações, ou correspondência regrada e recíproca entre o que se pode dizer da expressão e o que se pode dizer do exprimido, permite a Leibniz percorrer as várias regiões de sua filosofia, ou as várias regiões do universo tal como ele o concebe, e explicar de maneira original problemas que herdou de Descartes. A teoria da expressão ganha, então, um viés teológico ou metafísico, um viés ontológico e um viés epistemológico. Nessa medida, poderia ser dita a essência mesma da filosofia leibniziana, porque organiza os temas mais importantes de sua metafísica, aproximando-os e distinguindo-os. Leibniz não somente define a expressão e a utiliza como operador para a explicação de diversos temas, como, ao fazer isso, erige uma filosofia que é ela mesma construída expressivamente. Em certo sentido, a teoria da expressão é o invariável a que convergem todas as variações, a lei que estabelece a semelhança entre os diferentes e põe em relação ordens heterogêneas, permitindo a construção de analogias.

A analogia fundadora se dá entre a matemática e a filosofia. Quando Leibniz constrói uma teoria da expressão inspirada em sua matemática do infinito, estabelece também uma relação entre matemática e filosofia, tomando parte na busca por uma “filosofia matemática” ou um pensamento matemático da filosofia que define profundamente a filosofia do século XVII e tem sua primeira formulação com a idéia cartesiana de uma *Mathesis universalis*. Em que a matemática contribui para a concepção que Leibniz tem da expressão?

A interpretação leibniziana do antigo problema das quadraturas leva o filósofo à formulação da noção de infinitesimal. O problema das quadraturas ou da medida da área de um círculo se resume, de maneira muito simplificada, à tentativa de estabelecer a medida de uma grandeza que é incomensurável com a própria unidade de medida, em outras palavras trata-se de tornar comensurável o que é incomensurável. É isso que Arquimedes faz ao estabelecer, pelo método da exaustão, a medida da área de um círculo por figuras retilíneas que o compõem: uma vez que a diferença entre a área do círculo e a área dos retângulos é inferior à medida escolhida, é incomparável com a área de um retângulo, Arquimedes chega a um valor aproximado da grandeza em questão. O que Leibniz propõe com a noção de

infinitesimal é chegar ao valor exato dessa grandeza incomensurável. E para isso, o filósofo, como Arquimedes, pretende medir uma figura curva a partir de linhas retas. Leibniz concebe, então, a possibilidade de gerar uma linha reta a partir de uma linha curva: a tangente é entendida como uma linha reta que liga dois pontos, cuja distância é ínfima, da linha curva. Assim, o círculo pode ser pensado como um polígono de infinitos lados, e o incomensurável se faz comensurável, ainda que envolva o infinito. O estudo das séries convergentes tem um papel importante na concepção de que uma série infinita representa um valor exato: trata-se de séries infinitas, ou seja, uma soma de infinitos termos cujo resultado, todavia, não ultrapassa um limite ($1/2 + 1/4 + 1/8 + \dots = 1$). Se é possível obter um valor exato mesmo que não seja possível percorrer os infinitos termos da série, é possível também estabelecer um valor exato para a área de uma figura curva como um círculo, uma vez que se o interprete como um polígono de infinitos lados. Mas a grande virtude dessa noção de tangente está na possibilidade de traduzir algebricamente a relação entre a curva e reta por uma função. Uma função estabelece a relação entre duas séries numéricas distintas e sem medida em comum (a série que representa a curva e a série que representa a reta). Cada uma das séries possui sua própria razão, ou sua própria lei de progressão, são autônomas, mas é possível interpretar uma a partir da outra se conhecermos a função que relaciona as duas. A função é uma relação regrada e recíproca de valores. A diferença entre a área do círculo e a área do polígono de infinitos lados é infinitesimal, tende a zero, é menor que qualquer grandeza que se pode assinalar. O infinitesimal não é uma quantidade incomparável, como os retângulos de Arquimedes, mas uma operação de passagem ao limite, uma regra invariável de variações que permite determinar grandezas designáveis.

O que se evidencia na referência à matemática é a idéia de relação e de relação entre incomensuráveis. Pela relação que a função estabelece entre curva e reta, é possível conhecer uma a partir da outra, a função mostra como uma exprime a outra, como podemos pensar uma a partir da outra, ler uma na outra e, mais que isso, construir uma a partir da outra. O cálculo infinitesimal mostra como é possível medir uma grandeza incomensurável, ao transformar a diferença entre a medida de uma grandeza comensurável (a área do polígono de infinitos lados) e a medida de uma grandeza incomensurável (a área do círculo) em uma diferença evanescente. Por ser evanescente e tender a zero, essa desigualdade pode ser pensada como igualdade, ou o limite da igualdade.

Por que a idéia de relação e de relação entre incomensuráveis é importante para pensar a expressão? Primeiro porque a expressão é concebida como uma relação regrada e recíproca entre exprimido e expressão. Conhecemos o exprimido por meio da expressão. E essa expressão não precisa ser semelhante ao exprimido, mas apenas conservar uma analogia de relações com ele. Assim, é possível pensar o exprimido a partir de sua expressão, ler um na outra, interpretar um pela outra. Desde que, como no caso da reta e da curva, exista uma regra invariável que estabeleça a relação entre variáveis. Eis por que a teoria da expressão em Leibniz é inseparável não somente da idéia de analogia, mas também da idéia de

harmonia. A harmonia universal é o invariável a que convergem todas as variações. A expressão representa o exprimido porque suas relações internas correspondem às relações internas do exprimido. Como as séries numéricas que representam curva e reta, a regra de variação no interior do exprimido é só dele, é diferente da regra de variação no interior da expressão, mas como há uma analogia, uma correspondência e uma harmonia entre essas regras, é possível conhecer o exprimido por sua expressão. Assim como, na matemática, uma grandeza comensurável exprime uma grandeza incomensurável, na filosofia é permitido dizer que o finito exprime o infinito; e ordens heterogêneas e sem proporção uma com a outra, como a ordem física dos corpos e a ordem metafísica das substâncias, se entreexprimem.

Ora, poderiam objetar a Leibniz, o comensurável só exprime o incomensurável porque o filósofo matemático aniquila as diferenças, ou seja, o círculo deixa de ser círculo para se transformar em um polígono de infinitos lados retos e assim ganhar uma medida que é da ordem da reta e não da curva propriamente dita. A diferença se perde na identidade. Ao que Leibniz responderia, se usasse esses termos, que a diferença é pensada no interior da identidade, o outro é o caso limite do mesmo – daí a amplitude do princípio de continuidade no pensamento leibniziano. É verdade que o círculo se transforma em um polígono de infinitos lados e, em certo sentido, perde a especificidade de círculo para poder ser medido, mas, por outro lado, é verdade também que nenhum outro polígono é igual a este polígono de infinitos lados. Embora, para exprimir a medida do círculo, a matemática tenha que tornar comensurável o que é essencialmente incomensurável, o círculo assim interpretado não só pode ser medido como essa medida é expressão de uma essência única.

Podemos dizer com Leibniz que “é tudo como aqui em toda parte e sempre”, porque em todos os níveis de realidade do mundo leibniziano é possível estabelecer relações analógicas que permitem a expressão de uma ordem de realidade em outra. A questão é que, de fato, não há um outro absoluto no pensamento de Leibniz. Tudo o que existe são graus de ser, expressões do mesmo Ser. Porque o oposto contraditório com o Ser é o Nada, e do Nada, nada vem. A analogia com a matemática permite vislumbrar o funcionamento da metafísica leibniziana. Em termos metafísicos, o círculo como o oposto contraditório de um polígono reto simplesmente não existe, o que existe é um polígono de infinitos lados que está no limite do que é ser um polígono, é quase um círculo, mas é ainda um polígono reto. Assim como tudo o que existe é ser, mesmo o ser mais imperfeito, é ainda ser. Assim como o pior dos mundos, que está no limite de perfeição (a grandeza da realidade tomada positivamente), é ainda um mundo possível.

Podemos pensar a filosofia de Leibniz enfatizando tanto a diferença, como a identidade, tanto o que distingue, como o que aproxima os seres, os indivíduos, as ordens de realidade, os temas. Em ambos os casos, teremos a relação de expressão como princípio de explicação. Se “é tudo como aqui em toda parte e sempre”, é porque é possível estabelecer relações entre ordens diferentes, seres diferentes. Mas só é possível estabelecer essas relações porque tudo o que existe é expressão do mesmo Ser. A expressão não

é a identidade, é a possibilidade de reduzir as diferenças a uma diferença de perspectiva acerca do mesmo Ser, a uma diferença de grau. Nesse sentido a teoria da expressão não abole a diferença, ao contrário, se há expressão (e não identidade) é porque há diferença. Podemos generalizar o que Lebrun¹ afirma dos signos ou símbolos para toda expressão: a expressão é o exprimido, mas sob determinada perspectiva.

É assim que podemos explicar como Deus se exprime em formas simples, absolutas e positivas, cuja distinção é apenas de razão. Cada atributo divino é um aspecto de sua essência, é a própria essência, mas sob determinada perspectiva. Como todas são simples, são todas compatíveis entre si, a essência de um ser perfeitíssimo é possível, logo Deus existe. A relação entre essas formas que exprimem a essência divina dá origem a idéias e noções, ou, antes disso, a sistemas gerais de fenômenos ou mundos possíveis em que cada perspectiva do todo corresponde a uma noção individual. Todos os mundos possíveis exprimem Deus, mas de maneiras diferentes. E aqui a questão da relação entre a identidade e a diferença reaparece em termos bem leibnizianos: como o infinito gera de si o finito, como o ilimitado cria seres limitados? Como formas simples, absolutas e positivas, compatíveis entre si, se exprimem em mundos impossíveis? Como uma noção individual, que é uma expressão de relações entre essas formas compatíveis, pode ser incompatível com outra noção individual que é expressão de relações entre as mesmas formas? Como a negação ou limitação nasce no interior de um ser que é pura positividade? Ou, como a diferença nasce da identidade? Com efeito, as formas que exprimem a essência divina diferem entre si por uma distinção de razão, por isso nesse caso é inteiramente válido afirmar que a expressão é o exprimido sob determinada perspectiva; mas as substâncias individuais, criadas a partir da relação entre essas formas simples, diferem entre si por uma distinção real. Como essas substâncias que se distinguem realmente umas das outras têm origem em uma substância idêntica, una, simples?

Sobre essas questões, Leibniz nos diz apenas que:

*“Quando Locke declara que não compreende como a variedade das idéias é compatível com a simplicidade de Deus, parece-me que não deve deduzir daí uma objeção contra o padre Malebranche; pois não há sistema que possa fazer compreender uma tal coisa. Nós não podemos compreender o incomensurável e mil outras coisas, cuja verdade não deixa de nos ser conhecida, e temos o direito de empregá-las para dar a razão de outras, que dependem delas. Algo de próximo tem lugar em todas as substâncias simples, em que há uma variedade de afecções na unidade da substância.”*²

A relação entre a simplicidade da essência de Deus e a variedade das idéias é análoga à relação entre as substâncias simples e a variedade de suas afecções. Trata-se da relação entre unidade e

¹ Lebrun, G. – “A noção de ‘semelhança’ de Descartes a Leibniz” in Dascal, M. (org.) – *Conhecimento, linguagem, ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

² [Zu Lockes Urteil über Malebranche], *Die philosophischen Schriften*. Ed. C. I. Gerhardt, Berlin, Halle: 1949-63;Hildesheim, 1962. volume VI – p.576 (doravante citado PS).

multiplicidade. Podemos estabelecer uma analogia com a matemática e dizer que a unidade pode ser exprimida por uma série infinita (nas séries convergentes o 1 é igual à soma infinita de termos $1/2 + 1/4 + 1/8...$). Mas a questão da conciliação entre a simplicidade divina e a multiplicidade das idéias é um verdadeiro problema porque envolve a questão da criação de substâncias reais, que distinguem-se entre si por uma distinção real, e essa distinção real está fundamentada em uma distinção entre as formas divinas que é uma distinção apenas de razão.

Leibniz admite neste texto nossa incapacidade de compreensão da questão, mas nem por isso aceita que essa incapacidade nos leve a uma paralisia no conhecimento. Em primeiro lugar, porque o filósofo acredita que, assim como na geometria, é preciso aceitar certas hipóteses para progredir no conhecimento, mesmo que essas hipóteses não sejam axiomas. Mas, em segundo lugar, no caso específico da relação entre a simplicidade divina e a variedade das idéias, Leibniz pretendia lançar mão da Característica universal em sua explicação.

“... o que é o fundamento de minha característica é também da demonstração da existência de Deus. Porque os pensamentos simples são os elementos da característica e as formas simples são a fonte das coisas. Ora, sustento que todas as formas simples são compatíveis entre si. É uma proposição de que não poderia dar a demonstração sem explicar longamente os fundamentos de minha característica.”³

As formas simples são os elementos das coisas; os pensamentos simples, os elementos da Característica. Nossas idéias convêm com as idéias de Deus nas mesmas relações. Nossas idéias exprimem as idéias de Deus. Isso significa que, se determinarmos o alfabeto dos pensamentos humanos, ou seja, se forjarmos signos característicos que exprimam os termos simples de nossos pensamentos, então, analogicamente poderemos conhecer de que maneira as formas simples, positivas e absolutas, que exprimem a essência divina, se relacionam dando origem a uma variedade de idéias. Mas, no trecho citado acima, Leibniz não chega a afirmar que é preciso construir efetivamente a Característica universal – o que ele não fez – para mostrar a compatibilidade entre as formas simples tomadas absolutamente. O filósofo condiciona a demonstração da compatibilidade entre as formas à explicação dos fundamentos da Característica – e isso ele fez em vários textos, embora sem jamais chegar a uma exposição definitiva.

A Característica, afirma Leibniz⁴, seria a atribuição a todas as coisas de um número característico próprio. Descrevendo seu percurso na elaboração do projeto, Leibniz se propõe a construir uma Característica dotada de uma gramática e de um dicionário das ocorrências mais freqüentes, e imagina que, fundando um curso de filosofia e matemáticas, baseado em um novo método indicado por ele, o projeto estaria pronto ao cabo de sete anos! O filósofo, porém, conclui:

³ Leibniz – “Carta a Elisabeth, 1678”, PS, IV, p.296.

⁴ Sem título, PS, VII – p.184-189.

*“Mas fomos longe demais nas palavras. É extremamente difícil, por causa da admirável conexão das coisas, tomar algumas que estejam suficientemente separadas e atribuir a elas seus números característicos; por isso elaborei um artifício, muito elegante se não me engano, para provar raciocínios por meio de números. Finjamos pois que os números característicos tão admiráveis de que falamos estejam já dados e que se observou uma de suas propriedades gerais; tomemos, então, aqueles dentre esses números que são congruentes entre si segundo essa propriedade, e graças a eles, demonstramos também, segundo uma razão admirável, todas as regras lógicas por meio de números, o que nos permite mostrar como se pode saber se determinadas argumentações são boas quanto a sua forma. Quanto a julgar se os argumentos são bons ou concludentes por força de sua matéria, isso poderá ser feito sem nenhum trabalho do espírito nem risco de erro, mas somente quando estivermos de posse dos verdadeiros Números Característicos das coisas.”*⁵

Além desse “artifício”, Leibniz se dedica em outros esboços sobre a Característica universal a elaborar suas regras, definindo o que é uma proposição verdadeira por si, o que são termos simples, compostos, primitivos, o que é um nome, um atributo, uma definição etc. Em resumo, na ausência dos verdadeiros Números Característicos das coisas, Leibniz se dedica a decifrar a forma do raciocínio, oferecendo os fundamentos da Característica. Nesse sentido, se a demonstração da compatibilidade entre as formas simples que exprimem a essência de Deus estava condicionada à descrição dos fundamentos da Característica, então não deveria existir nenhuma dificuldade em se provar essa compatibilidade – tal como Leibniz efetivamente o fez em um texto de 1676, *Quod Ens Perfectissimum existit*. Mas não deixa de ser curioso que em todos os textos posteriores a esse, nos quais Leibniz se dedica a essa questão, ele tenha abandonado a parte construtiva de sua prova da existência de Deus, para ficar apenas com a crítica à prova cartesiana.

Ora, a questão é que dedicando-se a descrever as regras formais do raciocínio, Leibniz é levado a afirmações no mínimo problemáticas para quem pretende escapar a um nominalismo de tipo hobbesiano⁶. O risco em se concentrar na forma do raciocínio é esquecer que a exposição dos fundamentos da Característica universal se dá em vista de um ulterior alargamento do conhecimento humano que nos levaria aos elementos das coisas ou aos atributos primitivos de Deus. Se Leibniz escreve esboços de seu projeto de língua universal é para escapar a um círculo vicioso que colocasse como condição, para a construção da Característica, a criação do alfabeto dos pensamentos, que só poderia ser criado avançando-se no conhecimento.

⁵ PS, VII – p.189.

⁶ *Ad specimen calculi universalis addenda*, PS, VII – p.224: “Pouco importa que os termos que são unidos dessa maneira sejam às vezes incompatíveis; por exemplo, o círculo é sem ângulos, o quadrado é quadrangular, portanto o círculo quadrado é quadrangular sem ângulos. Porque essa proposição é verdadeira a partir de uma hipótese impossível”.

Leibniz procura evitar o nominalismo remetendo as hipóteses arbitrárias a leis determinadas e mostrando como a relação entre hipóteses e conclusões é uma relação necessária⁷. Além disso, dá preferência a definições reais em lugar das definições puramente nominais, ou seja, prefere hipóteses que mostrem a geração possível da coisa definida ou a compatibilidade entre os elementos da definição e, portanto, a possibilidade do definido.

Tiremos, porém, do projeto leibniziano os Números Característicos de nossas idéias ou o alfabeto dos pensamentos humanos e o que resta são as *relações* formais entre termos arbitrários. *Relações* necessárias e, por isso, não arbitrárias. A forma de nosso raciocínio. Precisamos realmente de mais do que isso? Afinal a expressão é definida como uma *relação* regrada e recíproca entre o que se pode dizer do exprimido e o que se pode dizer da expressão. As relações entre hipóteses admitidas arbitrariamente são relações necessárias, que exprimiriam, em última instância, as relações entre as formas simples, que exprimem a essência divina e que dão origem às idéias e noções. Nesse sentido, a forma de nosso raciocínio simbolizaria essas relações primeiras remetendo-se a uma lógica incriada. O conhecimento dessas relações necessárias é o conhecimento de verdades eternas, válidas para o homem e para Deus, porque seriam válidas em qualquer mundo possível.

Ora, Leibniz jamais considerou que seu projeto estava acabado. Sua resposta àquela questão – precisamos de mais do que as relações formais do raciocínio para a construção da Característica? – seria “sim”. Leibniz não é somente um lógico, é um filósofo metafísico. O conhecimento das relações que fundamentam nosso raciocínio é importante justamente porque as relações exprimem relações entre os atributos primitivos divinos e se exprimem em nossas idéias. Ao elencar as vantagens que a Característica traria para o conhecimento humano, Leibniz apresenta basicamente duas. A primeira é acabar com as disputas entre os filósofos e a quem perguntasse “o que faz vossa razão mais correta que a minha, que critério de verdade vós possuí?”, responder simplesmente “Calculemos!”⁸. Mas a segunda é empregar a Característica para tudo o que depende de conjecturas – as pesquisas de história civil e natural, a arte de examinar os corpos naturais ou as pessoas sábias, o direito, a medicina, o governo etc. Nesse caso teríamos a escolha de, partindo de conjecturas, determinar demonstrativamente o “grau de probabilidade” a partir dos dados, ou, estabelecer uma “aproximação ao infinito”, e poderíamos, então, “colocar na balança” prós e contras de cada decisão para escolher “*como o perfeito campeão nos jogos que misturam razão e sorte*”⁹.

⁷ Assim, por exemplo, em *Specimen calculi universalis* o filósofo afirma: “embora certas proposições sejam admitidas segundo o arbítrio dos homens como definições de termo, a verdade que procede delas não é em nada arbitrária, uma vez que é pelo menos absolutamente verdadeiro que, uma vez postas essas definições, a conclusão procede delas, ou o que é o mesmo, a ligação entre as conclusões, isto é, os teoremas, e as definições, isto é, as hipóteses arbitrárias, é absolutamente verdadeira.” PS, VII- p.219.

⁸ PS, VII – p.200. Cf. também PS, VII – p.188.

⁹ PS, VII – p.201.

Se Leibniz não se contenta com o conhecimento das relações que estabelecem a forma necessária do raciocínio para o completo estabelecimento da arte característica, é porque pretende determinar o conhecimento de verdades contingentes. É esse o seu projeto, um racionalismo integral. Considerar que as exposições gerais que o filósofo fez sobre a Característica dão conta da completude da arte característica é desvincular essas exposições de todo o edifício metafísico em que estão inseridas.

E no que concerne à teoria da expressão, precisamos considerar que, se podemos explicar as diferentes ordens de realidade com a idéia de expressão tomada a partir da analogia de *relações*, em nenhum momento é possível estabelecer essa explicação sem falar do que se relaciona. Em outras palavras, podemos definir de maneira geral a expressão como uma relação regrada e recíproca entre a expressão e o exprimido, mas essa definição só ganha sentido no interior da metafísica leibniziana. Essa definição pode funcionar como operador para pensar as relações que caracterizam a ordem teológica, a ordem ontológica e a ordem do conhecimento, mas só pode ser dita a essência da filosofia leibniziana, se compreendermos que esse “operador” não existe por si só, precisa agir no interior das ordens de realidade. E é justamente porque não se desvincula da matéria de que trata que esbarra na questão da relação entre uno e múltiplo, simplicidade e variedade, identidade e diferença quando precisa explicar como seres que se distinguem por uma diferença real têm origem na relação entre formas que se distinguem por uma distinção de razão. Mas é o próprio Leibniz quem dá a dica: procedamos como geômetras. A admissão de um ponto cego na arquitetura leibniziana não inviabiliza a construção de verdades que dependem desse ponto Mas será mesmo este um ponto cego? E se é, por que precisa ser?

Aqui precisamos entrar no terreno das conjecturas para forjar uma hipótese que explique, simultaneamente, o fracasso do projeto de criação de uma Característica universal e admissão de um mistério na passagem da relação de expressão que as formas mantêm com a essência divina para a relação de expressão que as noções individuais mantêm com essas formas absolutas. Leibniz afirma, em um texto citado acima, que foi “longe demais nas palavras”, porque, diante da admirável conexão das coisas, é extremamente difícil “*tomar algumas que estejam suficientemente separadas e atribuir a elas seus números característicos*”¹⁰. Essa admirável conexão das coisas é o próprio contingente. O filósofo queria poder determinar, por uma lógica que envolvesse o infinito, as escolhas mais acertadas quando se tratasse de matérias em que entra a conjectura. Ora, o modelo da Característica são as matemáticas. É verdade que a razão do contingente está na necessidade, na medida em que o contingente tem origem em um ser necessário por si. Mas não por isso a explicação da contingência pode se reduzir à explicação de relações necessárias que dão a forma de todo raciocínio. Talvez a dificuldade do projeto da Característica estivesse na escolha desse modelo, ciências que versam sobre verdades eternas e necessárias, enquanto a

¹⁰ PS, VII – p.189.

Característica deveria dar conta da infinidade que caracteriza o contingente. Talvez, porque mesmo no interior dessas ciências o infinito passa a ter lugar com o cálculo infinitesimal; e a infinidade que é objeto da matemática em alguma medida exprime a infinidade divina. Mas talvez a dificuldade desse projeto encontre outra explicação.

Poderíamos pensar que o fato desse projeto jamais ter se realizado inteiramente está na impossibilidade essencial dessa realização. Uma explicação para essa impossibilidade essencial pode ser pensada no interior do sistema de Leibniz, qual seja, a impossibilidade de um ser finito e limitado compreender a infinidade divina. Mas poderíamos explicar essa impossibilidade por uma razão relativamente externa à filosofia leibniziana, a saber, a consideração de certos pressupostos teológicos de que Leibniz não podia e não queria abrir mão. Referimo-nos ao pressuposto de um Deus criador, dotado não apenas de entendimento, mas também de vontade; um Deus transcendente cuja ação é a realização de um mundo contingente. Se nos fosse dado reduzir a explicação da contingência à explicação das relações necessárias que exprimem verdades eternas, seria preciso também excluir a contingência essencial da criação de um mundo. Se fosse dado ao homem compreender como as formas que se distinguem por uma diferença de razão dão origem a seres realmente diferentes apenas pela consideração de relações necessárias (como as relações entre hipótese e conclusões nas ciências demonstrativas), seria preciso admitir que a vontade divina não tem qualquer papel na criação, que Seu entendimento por si só explica a criação, e que, portanto, a criação é necessária, ou melhor, o mundo é necessário e a criação desnecessária.

O contingente introduz um elemento de essencial irracionalidade na filosofia leibniziana, na medida em que podemos explicar a origem da contingência, mas não podemos compreender isso. É claro que essa “irracionalidade” é racionalizada no interior da filosofia de Leibniz e tem como justificativa a limitação essencial do entendimento finito. Do ponto de vista divino, não há nenhuma irracionalidade: a essência divina é exprimida por formas simples, absolutas e positivas, Deus tem infinitas maneiras de relacionar essas formas e, por isso, infinitas maneiras de se exprimir, dentre as quais, esse Deus sábio, não só onisciente e onipotente, mas bondoso também, escolhe a melhor. Porém, na medida em que o contingente não pode ser reduzido ao necessário, ele aparece para nós com esse traço de irracionalidade.

Podemos, como Deleuze¹¹, dizer que a noção de expressão em Leibniz pressupõe a idéia de hierarquia: o que se exprime, como unidade, é superior à expressão, uma multiplicidade. E invertendo o argumento deleuziano diríamos que, uma vez que Deus não poderia criar um outro Deus (essa hipótese é contraditória), ao se exprimir, exprime-se em uma multiplicidade de substâncias. Mas esse argumento não explica nem como a diferença nasce do interior da identidade, ou seja, como as formas dão origem a

¹¹ *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968 – “conclusão”.

noções individuais, nem por que Deus precisa escolher um mundo possível e não pode se exprimir das infinitas maneiras que seu entendimento concebe como possíveis.

O que Leibniz pretendia com o projeto da Característica universal, entre outras coisas, era determinar racionalmente o contingente, mesmo que por uma aproximação ao infinito ou um cálculo de probabilidades. Mas para fazer isso, seria preciso chegar à raiz da contingência, os elementos primeiros do pensamento ou os atributos primitivos divinos. Isso, nós finitos, não podemos fazer. E não podemos não apenas porque é extremamente difícil, “por causa da admirável conexão das coisas”, determinar algumas coisas suficientemente separadas. Afinal podemos tomar arbitrariamente certos termos supondo-os como primeiros para apresentar os fundamentos de uma Característica universal. Mas o que deduzimos a partir desses termos arbitrários são relações necessárias. Perdemos a contingência, ao perder de vista a vontade criadora de Deus. Essa vontade é o elemento de irredutibilidade da contingência à necessidade. E se há um Deus criador, é preciso que seja assim.

Desse modo, as relações necessárias que conhecemos nas ciências demonstrativas exprimem a relação entre as formas divinas, porque exprimem relações de uma lógica incriada da qual o entendimento divino participa, mas a relação entre as formas divinas não pode se reduzir a essas relações necessárias se as formas são a origem de mundos possíveis contingentes e se sua combinação pressupõe mais que o entendimento divino e se explica pela vontade criadora.

Mas a riqueza da teoria da expressão em Leibniz está em considerar que as relações analógicas entre expressão e exprimido vão além dessas relações necessárias que podemos compreender. É por isso que o exprimido não é o explicitamente expresso, e há sempre um elemento de obscuridade ou ocultamente presente em cada expressão, um jogo entre o que a expressão revela e o que ela oculta. Mesmo que o objetivo de Leibniz fosse chegar ao conhecimento dos atributos primitivos divinos para desvendar a admirável conexão das coisas do mundo, ele construiu uma teoria da expressão que reserva um lugar fundamental para a sombra, o obscuro, o confuso, o oculto. Nessa luta entre objetivos e pressupostos essenciais, a teoria leibniziana da expressão exprime a essência dessa filosofia. É por isso que uma idéia adequada é o limite do conhecimento humano e a cada grau da análise de uma idéia a iluminamos e produzimos uma nova sombra que precisa também ser esclarecida. É por isso que o corpo produz na alma percepções inapercebidas e que a alma exprime o infinito, exprime tudo, mas confusamente.

3. Resumo

A expressão é uma das noções mais importantes da filosofia de Leibniz. O filósofo a aborda diretamente em alguns textos, porém, mais que um objeto de análise, a noção de expressão organiza e faz convergir reflexões acerca da teologia, da ontologia e da epistemologia leibnizianas. Leibniz não é o

primeiro a tratar da expressão, a originalidade de sua abordagem está em uma interpretação matemática da expressão, que permite defini-la como uma analogia de relações entre a expressão e o exprimido. Uma coisa exprime outra, diz Leibniz, quando há uma correspondência regular e recíproca entre as duas, ou entre o que se pode dizer de uma e de outra. Assim, a expressão pressupõe a analogia e a harmonia.

Definida a relação expressiva é possível, no nível teológico ou metafísico, explicar como Deus se exprime em formas simples, absolutas e infinitas, que se exprimem em sistemas gerais de fenômenos ou mundos possíveis, que estão exprimidos em noções individuais e não existem fora delas. No nível ontológico, diremos que os indivíduos exprimem Deus como causa e o mundo de que fazem parte. Esses indivíduos, por sua vez, se exprimem como fenômenos que são unificados pelo pensamento como corpos. A relação que define os corpos e a relação entre corpos exprimem as relações ideais que as substâncias individuais mantêm entre si, a ordem física exprime a ordem metafísica.

No nível epistemológico, diremos que nossas idéias exprimem as idéias de Deus, convivemos com Deus nas mesmas relações. Mas para conhecer essas relações é preciso desenvolver a expressão presente em uma idéia. A classificação das idéias em Leibniz pressupõe esse desenvolvimento progressivo que se dá como uma análise gradual: as idéias podem ser obscuras ou claras, estas confusas ou distintas, estas inadequadas ou adequadas, e as idéias adequadas podem ser objeto de um conhecimento cego ou simbólico e de um conhecimento intuitivo.

A abrangência da teoria da expressão como princípio de explicação permite pensá-la por um viés teológico, um viés ontológico e um viés epistemológico. Mas permite ampliar ainda mais as perspectivas. É possível pensar a moral a partir da teologia e da ontologia, a conciliação das igrejas a partir do projeto de uma Característica universal, a linguagem e a questão dos signos a partir da epistemologia. Esses temas “secundários” podem ser organizados em duas grandes questões: a “questão moral” (que envolve direito e religião) e a questão da linguagem. Vejamos.

Em 1710, Leibniz publica os *Ensaio de Teodicéia*. A obra pode ser lida como uma tentativa de apresentação racional dos preceitos do cristianismo, como se interpreta geralmente, mas também como a fundamentação racional da justiça humana, do direito, da política. O tema da *Teodicéia*, como diz o título, é a justiça de Deus. Ora, a justiça é uma verdade eterna, vale para Deus e para o homem, em qualquer tempo e lugar. Assim, ao apresentar a realização mais perfeita dessa idéia universal de justiça, isto é, ao descrever a ação do criador, Leibniz está não apenas buscando garantir uma crença racional em Deus, mas também fundamentando a justiça humana. A justiça humana (o direito e a ação política) deve exprimir a justiça divina. O homem naturalmente exprime Deus em sua ação moral – é claro que, para usar uma analogia matemática, essa expressão vai desde a expressão do círculo por um outro círculo, até a mais completa distorção, como seria a expressão do círculo por um ponto, ou uma reta, por exemplo. É preciso que esse homem, que exprime a divindade por partilhar com Deus o conhecimento de verdades eternas e

ser consciente de sua ação, procure realizar em seu pequeno mundo o que é capar de apreender do grande. É preciso buscar uma expressão cada vez mais perfeita da justiça divina. Essa expressão se dá concretamente com a elaboração de leis que exprimam a idéia universal de justiça ou o direito natural. Devemos considerar que o jovem Leibniz, jurista de formação, tinha o projeto de estabelecer um sistema de regras do direito que seguisse a mesma exigência de certeza matemática observada na Lógica (os *Elementos de direito natural*, de 1670-1671, e o *Nova methodus*, de 1667, são um esboço desse projeto). Mas, em 1706, comentando os princípios de Pufendorf, admite que “essa desejada obra não existe”¹². Se existisse traria “definições luminosas e fecundas”, ordenando os fundamentos de todas as ações e exceções válidas por natureza. A questão fundamental, então, é a impossibilidade da teoria de fornecer princípios suficientemente abrangentes para dar conta da prática da liberdade, ou, em termos mais gerais, a questão é a irreducibilidade do contingente ao necessário. A impossibilidade de determinação total do contingente reflete uma limitação das criaturas finitas – para Deus não há nenhum elemento irracional no mundo criado. Somos nós que não podemos criar regras a partir das quais ordenemos todas as ações e exceções válidas por natureza, porque o contingente implica uma infinidade que nosso entendimento é incapaz de abarcar. Eis por que Leibniz faz a opção pelo dever-ser. Eis por que a *Teodicéia* pode ser lida como a fundamentação de uma ação moral que deve exprimir a ação do criador.

Como a teoria da expressão contribuiria para pensar esses temas? Através da expressão seria possível explicar como a ação política humana ou a elaboração do direito pode ser dirigida pelo próprio homem de maneira que exprima a idéia universal de justiça ou a perfeita ação justa (a ação divina). Em outras palavras, seria possível pensar como um homem, que exprime por sua própria natureza o criador, poderia criar uma expressão cada vez mais perfeita da justiça universal. Para isso, criaríamos uma rede explicativa que usasse como matéria a expressão: Deus exprime a idéia de justiça em sua ação, a ação humana exprime Deus, a ação humana exprime essa idéia de justiça, mas é possível aperfeiçoar essa expressão com o esclarecimento progressivo dos homens ou com as regras racionais do direito.

O tema da justiça humana, ou mais particularmente do direito, está intimamente relacionado ao tema da religião. Basta considerarmos que a divisão da justiça em Leibniz tem como ponto de chegada ou acabamento do direito a justiça universal ou piedade. Uma vez que a justiça humana tem um caráter progressivo, isto é, o dever-ser da lei é a expressão do acabamento de um ser que está no devir, a justiça se divide, para Leibniz, em direito privado ou justiça comutativa (cujo objeto é o indivíduo ou a utilidade privada), direito público ou justiça distributiva (cujo objeto é a sociedade ou a utilidade comum restrita) e direito interno ou justiça universal, também chamada de piedade (que visa a Deus ou a utilidade comum universal). Em outras palavras, o acabamento da justiça humana se dá na religião. Eis por que, mais uma

¹² Leibniz – “Avertissements sur les principes de S. Pufendorf” in *Le droit de la raison*. Paris: Vrin, 1994 – p.21.

vez, a *Teodicéia* é, ao mesmo tempo, a elaboração racional dos preceitos da fé cristã e a fundamentação da justiça humana. Como estabelecimento racional de dogmas cristãos, o tema da *Teodicéia* se insere na preocupação de Leibniz com a questão da união das igrejas e da propagação da fé cristã; e, dessa maneira, o tema da justiça se encontra com o projeto de criação de uma língua ou Característica universal. Nada, afirma Leibniz, “*é mais eficaz na propagação da fé que essa invenção. Pois, tão logo os missionários tenham introduzido essa língua, a verdadeira religião, a religião que mais concorda com a razão, se verá tão bem consolidada, que não se temerá mais a apostasia, (...) afirmo, pois, que é impensável, sem ser profeta ou príncipe, empreender qualquer coisa mais proveitosa para o bem do gênero humano e para a glória de Deus.*”¹³

A Característica universal seria o instrumento por excelência da propagação da fé ou do estabelecimento da religião em bases racionais e, por isso, irrefutáveis. Mas para pensar como se daria esse processo de propagação da religião por meio da Característica universal é preciso entender o papel da linguagem e dos signos no pensamento de Leibniz. E a primeira consideração a ser feita é que há um isomorfismo entre a teoria da idéia e a teoria dos caracteres ou signos. Assim como nossas idéias exprimem as idéias divinas, os signos que usamos para conhecer exprimem as relações entre nossas idéias e as relações presentes no interior de cada idéia. O que importa são as relações. Eis por que, uma vez que toda idéia envolve o infinito, seja a infinidade do mundo presente em cada impressão, seja a infinitude de Deus, que exprime como causa universal, a evidência em Leibniz jamais poderá ser dada em termos de conteúdo e encontrará na forma seu lugar. A forma é a expressão das relações. Por isso não importa que utilizemos caracteres arbitrários para significar nossas idéias, basta que a relação entre os caracteres correspondam a relações presentes na idéia. Um conjunto de caracteres (uma língua, ou a aritmética, por exemplo) deve possuir uma conexão própria, de maneira que a multiplicidade de caracteres seja capaz de exprimir uma multiplicidade de sentido. Essa conexão é invariável, porque exprime (ou deve exprimir) relações reais. Cada conjunto de caracteres possui leis próprias, leis internas e invariáveis, de maneira que, quando procuramos estabelecer relações entre conjuntos distintos (pensemos, por exemplo, em duas línguas diferentes), a conexão entre os caracteres de uma língua devem exprimir a conexão entre os caracteres da outra. Não se trata de simplesmente traduzir, palavra a palavra, uma língua na outra. É preciso encontrar na nova língua as relações entre as palavras da outra língua. E essas relações são tão diferentes quanto as línguas diferem entre si, mas elas se entreexprimem. Há uma organização própria no interior de cada multiplicidade de caracteres, cada conjunto obedece a sua própria lei, mas todos os conjuntos exprimem, com essas leis, nossas idéias. É por isso que a forma tem prioridade sobre o conteúdo, podemos dizer que a forma instrui sobre o conteúdo, porque o que interessa são as relações

¹³ PS, VII – p.188-189.

entre os conteúdos: para manter o exemplo da tradução de uma língua em outra, suponhamos que cada uma das línguas tem sua palavra para designar um mesmo objeto de conhecimento, podemos traduzir essa palavra em nossa língua, mas só saberemos se efetivamente corresponde ao mesmo objeto quando colocarmos a palavra em relação com outras e se compreendermos esse sistema de relações.

A principal diferença entre a Característica universal e as línguas naturais está no fato de que cada caractere da língua universal exprimiria um pensamento simples, que, por sua vez, exprime um atributo primitivo divino. A Característica desvendaria, em última instância, o processo de criação do mundo e daria ao homem um acesso imediato à verdade. Ora, mas como observamos na Introdução, o projeto de Leibniz fracassa não simplesmente porque sejamos incapazes de chegar a esses pensamentos simples, mas porque, mesmo que conhecêssemos o alfabeto dos pensamentos humanos só conheceríamos relações necessárias entre os caracteres, perderíamos a contingência. Reaparece, assim, a questão da irreduzibilidade do contingente ao necessário. Assim como, na questão moral, não podemos subsumir todos os casos e exceções em um sistema necessário de regras jurídicas, assim também não podemos pretender dar conta do contingente a partir de um sistema de regras lógicas necessárias.

Há ainda um outro ponto em que a questão moral e a questão da linguagem se encontram. Leibniz estudou os códigos civis a fim de pensar uma reforma do direito positivo com base na idéia de direito natural. Esse estudo deu lugar à tentativa de elaboração de um código de regras que exprimisse o direito natural e ordenado de maneira matemática, a partir da idéia de justiça (os *Elementos de direito natural*, de 1670-1671, e o *Nova methodus*, de 1667). Tentativa que fracassou, como o próprio Leibniz reconhece. Sobre a questão da linguagem, Leibniz empreendia o estudo comparativo das línguas naturais, estudo para o qual elaborou uma hipótese (o origem cita, depois celto-cita, dos povos europeus e sua migração em direção ao sol, leste-oeste) e privilegiou um objeto (as línguas faladas no Império Russo). Esse estudo era paralelo ao projeto de criação de uma língua formal, a Característica universal que, assim como a dedução necessária das regras do direito natural, seria uma formalização de regras necessárias de nosso pensamento. Projeto esse que também fracassou. Nos dois os casos, na questão moral e na questão da linguagem, identificamos, de um lado, uma vertente mais empírica (o estudo dos códigos civis existentes e o estudo comparativo de línguas naturais) e, de outro, uma vertente mais teórica (a elaboração das regras do direito natural e a Característica universal); ou, se quisermos, de um lado um estudo do contingente a partir de dados contingentes e, de outro, a tentativa de racionalização da contingência a partir do necessário. E, em ambos os casos, deparamo-nos com a irreduzibilidade do contingente ao necessário.

Nossa hipótese é que, ao estudar a teoria da expressão a partir desses temas, e empregar a expressão como princípio de explicação dessas questões, podemos entender mais profundamente a própria teoria da expressão. Acreditamos que há uma determinação recíproca entre a teoria da expressão e os diferentes temas abordados por Leibniz, sobretudo neste caso particular de questões que envolvem

explicitamente a relação entre o contingente e o necessário. A expressão, em Leibniz, preserva (e tem que preservar) um lugar para o obscuro, o confuso, o oculto, porque o filósofo se deparou com essa irreduzibilidade do contingente.

4. Objetivos

Apresentar a filosofia de Leibniz a partir de sua teoria da expressão, mostrando como temas fundamentais e secundários podem ser organizados sob essa perspectiva (essa rede explicativa tem como tronco a teoria da expressão, como galhos a teologia, a ontologia e a epistemologia, e como ramos menores a moral e a linguagem e os signos). Poderemos justificar, no correr da pesquisa, por que a teoria da expressão é um ponto de vista privilegiado para pensar a filosofia de Leibniz como um todo, embora comentadores tradicionais tenham escolhido outros pontos de vista ou pontos de partida para analisar essa filosofia (por exemplo: Couturat escolhe a lógica, Baruzi a religião, Grua a teologia e a teoria jurídica, Serres a matemática etc.). Não pretendemos, para isso, reconstruir a argumentação de cada um desses comentadores, mas, tendo em vista que conhecemos essas interpretações, não podemos silenciar sobre elas, já que, como esses intérpretes, pretendemos dar conta dos principais temas leibnizianos a partir de um ponto de vista definido, a expressão. A maneira de mostrar a legitimidade desse ponto de vista é justamente aplicar a teoria da expressão na explicação dos temas, é mostrar como a teoria da expressão funciona no interior dessas temáticas e as articula como um “denominador comum”¹⁴. A referência a outras interpretações é fundamental para deixar claro que não acreditamos que a teoria da expressão seja a explicação absoluta da filosofia de Leibniz, mas um ponto de vista entre outros¹⁵, com a vantagem de que esse ponto de vista permite falar tanto da linguagem, como da moral, tanto da epistemologia como da teologia etc. Em resumo, esse ponto de vista é amplo o bastante para compreender diferentes temas da filosofia leibniziana; mas é também um ponto de vista determinado o bastante para servir de fio de Ariadne no percurso que faremos através de temas distintos.

O objetivo principal é, então, mostrar como a expressão permite a explicação de temas diferentes harmonizando-os. Para que esse objetivo seja cumprido, devemos cumprir outros quatro objetivos menores. Antes de tudo, aprofundaremos questões já trabalhadas na tese de doutorado. Em primeiro lugar, sobre o que chamamos de viés teológico ou metafísico da expressão (a explicação de como a essência de Deus se exprime em atributos ou formas simples, que se exprimem em sistemas gerais de fenômenos ou mundos possíveis, dos quais cada perspectiva particular é uma essência individual possível), gostaríamos

¹⁴ Nesse sentido, o artigo de Michelangelo Ghio, “La dottrina dell’espressione in Leibniz” será de grande valia.

¹⁵ Acreditamos que as diferentes interpretações da filosofia de Leibniz, por mais que rivalizem em alguns pontos específicos, são harmônicas, são diferentes perspectivas do mesmo. E nisso concordamos com Serres: “cada comentador, apesar da originalidade regional de sua análise, reencontra as regiões privilegiadas pelos outros, as exprime a sua maneira; e, mais uma vez, é possível dizer que todos conspiram e consentem.” (*Le système de Leibniz*. Paris: PUF, 1968 – volume I, p.28).

de trabalhar mais detidamente a questão da origem do contingente ou da origem de substâncias que se diferenciam por uma distinção real, distinção essa que está, todavia, ancorada numa distinção de razão entre os atributos primitivos divinos. Acreditamos que o estudo da solução de Espinosa para essa questão contribuirá muito para a análise da questão em Leibniz, sobretudo porque, enquanto em Espinosa a diferenciação está no absoluto, ou seja, distinção real é uma distinção dos atributos de Deus, na filosofia de Leibniz, uma vez que a distinção entre os atributos divinos é apenas de razão, a origem da distinção real entre os seres pode ser vista como um ponto cego, ou como uma questão impossível de ser resolvida por seres finitos. Espinosa parte de dificuldades deixadas por Descartes para pensar que tipo de distinção há no infinito ou na idéia de Deus. Descartes concebia três tipos de distinção: a distinção real (entre duas substâncias), a distinção modal (entre a substância e o modo que pressupõe a substância) e a distinção de razão (entre a substância e o atributo, que nos permite um conhecimento distinto da substância). A distinção real é um dado da representação na medida em que uma coisa é realmente distinta de outra quando seu conceito pode ser conhecido clara e distintamente sem necessitar do conceito da outra, quando exclui o conceito da outra. A razão dessa distinção real não está nela mesma, mas, de acordo com o percurso argumentativo das *Meditações*, em Deus e o no princípio da veracidade divina (que garante que nossas idéias claras e distintas podem ser produzidas por Deus como são concebidas por nós). Nesse sentido, a distinção real, em Descartes, é acompanhada de uma divisão nas coisas, ou de uma distinção numérica. Espinosa mostra, na parte I de sua *Ética*, que o maior erro de Descartes estaria em pensar várias substâncias de mesmo atributo, porque, se assim fosse, as substâncias teriam que se distinguir por seus modos (mas a substância é anterior aos modos) ou se distinguir por uma distinção numérica (que, para Espinosa, não é uma distinção real). Neste segundo caso, as substâncias exigiriam uma causa exterior para que existissem nesse número, o que, simplificando, contradiz a definição de substância como um ser que existe por si. Resumindo os argumentos da *Ética* I, podemos dizer que, segundo Espinosa, quando se põe a existência de várias substâncias de mesmo atributo, a distinção numérica é pensada como distinção real e a distinção real, assim concebida, confunde-se com uma distinção modal; e, quando se põe a existência de uma substância para cada atributo diferente, a distinção real se transforma em uma distinção numérica e se confunde com uma distinção de razão. Espinosa, a partir dessas críticas, transforma profundamente a teoria cartesiana das distinções, sobretudo ao considerar que a distinção real não pode ser numérica, o que permite ao filósofo levar essa distinção ao absoluto e implica uma transformação no conceito de distinção modal e de distinção de razão.

Leibniz, como Descartes, concebe a distinção real como uma distinção numérica e, por isso, as substâncias individuais devem ser realmente distintas, mas os atributos divinos distinguem-se apenas por uma distinção de razão. Em certo sentido, Leibniz está muito mais próximo de Descartes do que Espinosa, ou pelo menos, muito mais próximo das dificuldades que podem ser identificadas no cartesianismo. É isso

que gostaríamos de investigar a fim de compreender melhor essa questão da origem das substâncias individuais ou da origem da contingência. A análise da *Ética* I e das transformações operadas por Espinosa em conceitos cartesianos nos permitirá delinear com mais precisão qual é o problema que Leibniz enfrenta. A análise das observações que Leibniz fez à *Ética* nos mostrará por que o filósofo recusa a solução espinosana. A questão é de extrema importância, não apenas porque é um “ponto cego” na filosofia leibnizana, mas porque esse “ponto cego” determina inclusive a concepção que Leibniz tem da expressão. Por que a expressão tem que compreender o obscuro, o confuso? O que chamamos de “ponto cego” é justamente a origem do contingente e, portanto, a origem conceitual da irreducibilidade do contingente ao necessário, irreducibilidade essa que, como dissemos, aparece também na moral (direito e religião) e na linguagem. Assim, nos parece essencial tratar dessa questão para mostrar como a solução (ou não solução) de Leibniz para um problema herdado de Descartes condiciona vários aspectos de sua filosofia.

O segundo tema que merece uma abordagem mais aprofundada se dá no que chamamos de viés ontológico da expressão, isto é, o indivíduo como centro expressivo e a relação expressiva entre a alma e o corpo, entre a ordem física e a ordem metafísica. A questão da relação entre a alma e o corpo e da relação entre as substâncias foi trabalhada basicamente a partir da correspondência de Leibniz com Arnauld. Pretendemos trabalhar, agora, a mesma questão tal como é discutida na correspondência de Leibniz com Des Bosses (o tema ocupa as cartas de 8/setembro/1709 a 29/maio/1716, ou seja, o período final da vida de Leibniz). Acreditamos que a análise dessas cartas nos permitirá cercar melhor a idéia de relação e, eventualmente, descobrir mudanças ou explicitações de afirmações que Leibniz já fazia a Arnauld, entre 1686 e 1688.

O terceiro objetivo do projeto se insere no viés epistemológico da expressão. Já mostramos, no doutorado, como nossas idéias exprimem as idéias de Deus, embora essa expressão possa se dar em diferentes graus, das idéias obscuras às idéias adequadas, convimos com Deus nas mesmas relações. Mostramos também como há uma relação intrínseca entre idéias, definições e caracteres. A relação entre caracteres de uma definição exprime as relações presentes nas idéias que, por sua vez, exprimem as relações presentes nas idéias de Deus e se remetem, assim, a uma lógica incriada. Pretendemos nos aprofundar, agora, na questão do papel dos signos ou caracteres para Leibniz e, para isso, estudaremos o projeto da Característica universal. Propomo-nos traduzir do latim os textos de Leibniz sobre a Característica (reunidos em *Die philosophischen Schriften*. Ed. C. I. Gerhardt, volume 7, p.43-235, “Scientia Generalis. Characteristica”). Esse estudo do projeto da Característica universal nos permitirá, não apenas trabalhar mais detidamente a questão da simbolização e da linguagem, em Leibniz, mas também pensar as conseqüências práticas que Leibniz pretendia extrair do projeto, sobretudo no tocante à religião e à propagação da fé cristã. Além disso, ao pensar os motivos do fracasso da construção dessa

língua universal, trabalharemos a questão da irreducibilidade do contingente ao necessário, como já mencionamos no Resumo.

Por fim, em quarto lugar, pretendemos tratar da questão da moral e do direito a partir, sobretudo, da *Teodicéia*. Indicamos, no Resumo, os pontos de encontro entre este tema e o tema da linguagem, sobretudo no tocante à irreducibilidade do contingente ao necessário, e como o estudo dessas questões nos permitirá uma definição mais apurada da própria expressão. Segundo nossa hipótese, o vínculo entre o tema da linguagem e o tema moral pode ser muito maior do que comumente se admite, na medida em que os objetivos de Leibniz, ao publicar a *Teodicéia*, podem estar relacionados à percepção de que o projeto da Característica universal era inexecutável. Em que sentido? A Característica universal seria um instrumento de propagação da fé, instrumento racional, isto é, justificaria ou até demonstraria racionalmente preceitos da religião. Ora, é exatamente esse um dos principais aspectos da *Teodicéia*.

5. Justificativa

Esta proposta de pesquisa deriva de nossa pesquisa de doutorado, na qual mostramos como a teoria da expressão opera no interior da teologia, da ontologia e da epistemologia leibnizianas, aproximando-as e distinguindo-as. O caminho escolhido, a teoria da expressão, mostrou-se tão frutífero que consideramos importante aprofundar a análise desses temas e trazer novos temas para o interior dessa interpretação.

Acreditamos que a explicação de temas centrais da metafísica de Leibniz a partir da expressão está bem fundamentada em nossa tese de doutorado. Mas essa explicação merece ser enriquecida com o estabelecimento da oposição entre a filosofia de Leibniz e a filosofia de Espinosa; e com o aprofundamento de questões consideradas secundárias (que resumimos como linguagem e moral), mas fundamentais para mostrar as conseqüências que podem ser extraídas da metafísica de Leibniz, permitindo delinear o pensamento leibniziano como um todo. Para tanto, propomos traduzir do latim os textos em que Leibniz se dedicou ao projeto da Característica universal, já que nestes textos o filósofo não apenas estabelece regras gerais de lógica, mas aponta como conseqüência de seu projeto o estabelecimento de explicações racionais a respeito da religião e a possibilidade de estabelecer um cálculo para matérias em que entram as conjecturas (como a moral e a política). Salientamos que não há tradução para o português desses textos.

Na medida em que pretende extrair, da metafísica leibniziana, conseqüências para o que Leibniz chamou de “matérias em que entra a conjectura” e mostrar como, para este filósofo, um discurso sobre a prática tem que estar fundamentado em um discurso racional e teórico, nossa pesquisa está inscrita no Projeto Temático “Experiência e Razão no Pensamento Moderno”.

6. Metodologia

O método básico será a análise de textos da bibliografia fundamental e secundária, com fichamentos e formulação de hipóteses de leitura.

7. Plano de trabalho e cronograma

Dividimos a pesquisa em seis fases, com período de duração variável, de acordo com a dificuldade do objeto. Cada uma dessas fases pressupõe a elaboração de um texto sobre o assunto estudado:

Primeira fase: estudo da *Ética* I de Espinosa e das observações críticas que Leibniz fez à *Ética*, para pensar a solução de Espinosa para a teoria das distinções cartesianas e a diferença em relação a Leibniz, aprofundando a questão da origem do contingente na filosofia leibniziana.

Segunda fase: estudo da correspondência entre Leibniz e Des Bosses para pensar o indivíduo leibniziano a partir da idéia de relação e, assim, aprofundar a explicação do viés ontológico da teoria da expressão.

Terceira fase: tradução dos textos de Leibniz referentes ao projeto de Característica ou língua universal, reunidos em *Die philosophischen Schriften*. Ed. C. I. Gerhardt, volume 7 (p.43-235, “Scientia Generalis. Characteristica”) e estudo da questão da linguagem e dos signos em Leibniz.

Quarta fase: estudo das conseqüências do projeto da Característica universal para as questões religiosas e do papel dessa língua universal para a unificação das igrejas, a partir dos textos anteriormente traduzidos e da correspondência entre Leibniz e Bossuet.

Quinta fase: estudo das conseqüências do projeto da Característica ou língua universal para a moral a partir dos textos anteriormente traduzidos; e interpretação, a partir da teoria da expressão, das questões presentes na *Teodicéia*. Em outras palavras, por uma leitura política, a *Teodicéia* pode ser considerada uma fundamentação racional da política humana, porque a cidade dos homens *exprime* a Cidade de Deus. Como o projeto da Característica contribuiria para esta fundamentação racional da moral e da política ou até que ponto a *Teodicéia* é a retomada desses objetivos em outra base?

8. Bibliografia

8.1 Seleta de edições de referência

- Nouvelles lettres et opuscules*. Éd. par L. A. Foucher de Careil. Paris, 1857; reimpressão: Hildesheim/New York, Georg Olms Verlag, 1971.
- Œuvres*. Éd. par L. A. Foucher de Careil. Paris, 1859-1875, 7 vols.; reimpressão: Hildesheim/New York, Georg Olms Verlag, 1969.
- Œuvres philosophiques de Leibniz*. Éd. par P. Janet. Paris: Félix Alcan, 1900, 2 vols.

Œuvres philosophiques et françaises de feu Mr. de Leibniz. Ed. par Rud. Eric Raspe. (Amsterdam und Leipzig, 1765). Reprint. Hildesheim, New York: G. Olms, 1996.

Opuscules et fragments inédits. Éd. par L. Couturat. Paris: Félix Alcan, 1903; reimpressões: Hildesheim/New York, Georg Olms, 1961, 1988.

Die philosophischen Schriften. Herausgegeben von C. I. Gerhardt. Berlin, Weidmann, 1875-85, 7 vols.; reimpressões: Hildesheim/New York, Georg Olms, 1960-61; 1978.

Sämtliche Schriften und Briefe. Herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin. Darmstadt/Berlin, Otto Reichl Verlag, 1923 e segs.; depois Berlin, Akademie Verlag (27 vols. publicados).

Textes inédits d'après les manuscrits de la Bibliothèque provinciale de Hanovre. Publiés et annotés par G. Grua. Paris: P.U.F., 1948, 2 vols.; 2^a ed. 1998.

8.2 Seleta de outras edições e de traduções:

Caractéristique géométrique. Texte établi et introd. par J. Echeverria et trad. (latin vis-à-vis) et annoté par M. Parmentier. Paris: J. Vrin, 199_.

Discours de métaphysique et correspondance avec Arnauld. Introd., texte et commentaire par G. Le Roy. Paris: J. Vrin, 1984.

Escritos filosoficos. Edición de E. Olaso; notas de E. Olaso y R. Torretti; traducciones de R. Torretti, T. Zwanck y E. Olaso. Buenos Aires: Editorial Charcas, 1980.

Essais de théodicée sur la bonté de Dieu, la liberté de l'homme et l'origine du mal. Chronol. et introd. par J. Brunschwig. Paris: Garnier-Flammarion, 1969.

L'harmonie des langues. Présenté, traduit et commenté par Marc Crépon. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

La monadologie. Accompagnée d'éclaircissements par É. Boutroux. Paris: Delagrave, 1881, 1930.

Nouveaux essais sur l'entendement humain. Chronol. et introd. par J. Brunschwig. Paris: Garnier-Flammarion, 1966.

Œuvres choisies. Éd. de L. Prenant. Paris: Aubier-Montaigne, 1972.

Scritti di logica. A cura di Francesco Barone. Roma: Editori Laterza, 1992.

8.3 Bibliografia secundária

BARUZI, Jean. *Leibniz et l'organisation religieuse de la Terre*. Paris: F. Alcan, 1907.

BELAVAL, Yvon. *Leibniz critique de Descartes*. Paris: Gallimard, 1960.

_____. *Études leibniziennes. De Leibniz à Hegel*. Paris: Gallimard, 1976.

_____. *Leibniz. De l'âge classique aux lumières*. Paris: Beauchesne, 1995.

COUTURAT, Louis. *La logique de Leibniz*. Paris: F. Alcan, 1901; reimpressão: Hildesheim, Georg Olms, 1961.

- DASCAL, M. "About the idea of a Generative Grammar in Leibniz", *Studia Leibniziana* 8, 1976, pp.188-218.
- _____. *La semiologie de Leibniz*. Paris: Aubier, 1978.
- ECO, U. *La recherche de la langue parfaite*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- FRANZINI, Elio. *Arte e mondi possibili*. Milano: Guerini Studio, 1994.
- GHIO, Michelangelo. "La dottrina dell'espressione in Leibniz", *Filosofia*, Torino, t.31 (1980), p.2-34 (p. 2-8).
- GRUA, G. *Jurisprudence universelle et théodicée selon Leibniz*. Paris: PUF, 1953.
- GUEROULT, M. *Études sur Descartes, Spinoza, Malebranche et Leibniz*. New York: Georg Olmes Verlag, 1970.
- HEINEKAMP, A. "Natürliche Sprache und Allgemeine Charakteristik bei Leibniz", *Akten des II Int. Leibniz Kongresses 1972*, Wiesbaden, SL, Supp. 15, 1975, pp.257-286.
- HEINTZ, G. "Leibniz und die These vom Weltbild der Sprache", *Zeitschrift für deutsches Altertum und deutsche Literatur* 68, 1969, pp.216-240.
- JALLEY, M. "Remarques sur le projet de langue universelle de Leibniz", *Langues et langages de Leibniz à l'Encyclopédie*, par M. Duchet et M. Jalley. Paris: UGE, 1977.
- JOLLEY, Nicholas (ed.). *The Cambridge Companion to Leibniz*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- NEF, F. "La langue universelle et les langues: Leibniz biface?", *Le mythe de la langue universelle, Critique*, août-septembre 1979, no. 387-388. Paris: Minuit, 1979, pp.736-751.
- POMBO, O. *Leibniz and the problem of a universal language*, Münster, Nordus Publication, 1987.
- RACIONERO, Quintín; ROLDÁN, Concha (org). *Leibniz. Analogía y expresión*. Atas do Congresso Internacional da Sociedade Espanhola Leibniz, 1993.
- ROSSI, P. *Clavis Universalis, Arts de la mémoire, logique combinatoire et langue universelle de Lulle à Leibniz*. Traduit par P. Vighetti. Grenoble: J. Millon, 1993.
- SERRES, Michel. *Hermès ou la communication*. Paris: Éditions de Minuit, 1969.
- _____. *Le système de Leibniz et ses modèles mathématiques*. Paris: P.U.F., 1968, 2 vols., 1990.
- SCHMIDT, F. "Zeichen, Wort und Wahrheit bei Leibniz", *Studia Leibniziana*, Suppl. vol. 3, Wiesbaden, 1969, pp.190-208.